

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-12-2019.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, a Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0525/19). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 720 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por doze votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Karen Santos, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 778 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por onze votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhada à votação por José Freitas, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely e Paulinho Motorista e Não Aírto Ferronato, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 719 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por nove votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, juntamente com mensagens retificativas, emendas e subemendas com parecer da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do

MERCOSUL pela aprovação, por trinta votos SIM e três ABSTENÇÕES, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Cassio Trogildo, Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvon Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00161/2019-13, comunicando Representação Externa deste Legislativo por Reginaldo Pujol, do dia três ao dia cinco de dezembro do corrente, na cerimônia de inauguração do Auditório Ênio Roberto Dias dos Reis, na sede da Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano, em Brasília – DF. Também, foi apregoada Declaração de Voto de Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00169/2019-71, comunicando Representação Externa deste Legislativo por Comandante Nádia, no dia quatro de dezembro do corrente, no evento “Tá na Mesa – Perspectivas Econômicas”, em Porto Alegre. Foi apregoado o Processo SEI nº 110000145.00066/2019-26, comunicando Representação Externa deste Legislativo por Hamilton Sossmeier, do dia cinco ao dia onze de dezembro do corrente, na Agenda de Governos Locais e Regionais na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Madri, Espanha. Foi apregoado o Processo SEI nº 026.00060/2019-25, comunicando Representação Externa deste Legislativo por Cassio Trogildo, do dia cinco ao dia doze de dezembro do corrente, na Agenda de Governos Locais e Regionais na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Madri, Espanha. Foi apregoado o Processo SEI nº 155.00109/2019-00, de autoria de Engº Comassetto, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação no Congresso *Sur-Sur Nuestras Propias Soluciones*, do dia quatro ao dia sete de dezembro do corrente, em Montevideu, Uruguai. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia dezesseis de dezembro do corrente. Foi apregoado o Projeto de Resolução nº 057/19 (Processo nº 0588/19), de autoria de Comandante Nádia. Foi apregoado o Substitutivo nº 01, de autoria de Felipe Camozzato, Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19 (Processo nº 0203/19). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19 (Processo nº 0383/19), após ser discutido por João Carlos Nedel. Na ocasião, foi apregoada Declaração de Existência de Recursos Orçamentários, assinada por Juliana Garcia de Castro, Secretária Municipal de Planejamento e Gestão, e por Jorge André Burger Carrion, Diretor-Geral de

Planejamento e Orçamento, referente ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19. Foi rejeitada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19, por quatorze votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro e Moisés Barboza e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19, por doze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal e Ricardo Gomes. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19, por doze votos SIM, quatorze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Ricardo Gomes, votado Não Adeli Sell, este com Declaração de Voto, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foram apregoadas as Subemendas nºs 02, assinada por Idenir Cecchim, e 03, assinada por Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19 (Processo nº 0507/19). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 023/19 (Processo nº 0530/19), por vinte e quatro votos SIM e sete votos NÃO, após ser discutido por Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro e Mauro Pinheiro e encaminhado à votação por Felipe Camozzato e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02 e 03 e para as Subemendas nºs 01, 02 e 03 apostas

à Emenda nº 01, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19. Durante a sessão, Mendes Ribeiro, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, Roberto Robaina e Ricardo Gomes manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Marcelo Sgarbossa, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h33min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Conforme acordo de líderes, vamos retomar a votação do orçamento.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0525/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/19, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020.

Parecer:

- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato:

“ ...

I) Pela **APROVAÇÃO** do Projeto, da Mensagem Retificativa, da Subemenda de número 01 à Mensagem Retificativa, da Emenda de número 716 e da Emenda de número 841, de Relator;

II) Pela **REJEIÇÃO** da Emenda de número 245;

III) Pela **APROVAÇÃO**, sem alterações, das Emendas de número 322, 324 e 691 (e subemenda nº 01);

IV) Pela **REJEIÇÃO** das Emendas de número 9, 10, 11, 12, 13, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 188, 246, 247, 323, 325, 326, 327, 466, 531, 532, 533, 534, 529 (e subemenda nº 1), 535 (e subemenda nº 1), 536 (e subemenda nº 1), 537, 530, 566, 567, 568, 693, 694, 695, 696, 697, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 778 e 839;

V) Pela **APROVAÇÃO**, sem alterações, das Emendas Impositivas de número 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 (e subemenda nº 1), 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 (e subemenda nº 1), 56, 57, 58 (e subemenda nº 1), 59 (e subemenda

nº 1), 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 (e subemenda nº 1), 68, 69, 70, 71, 72 (e subemenda nº 1), 73 (e subemenda nº 1), 74 (e subemenda nº 1), 75 (e subemenda nº 1), 76, 77 (e subemenda nº 1), 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 (e subemenda nº 1), 85, 86, 87, 88, 89 (e subemenda nº 1), 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 (e subemenda nº 1), 97, 98 (e subemenda nº 1), 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 (e subemenda nº 1), 112 (e subemenda nº 1), 113 (e subemenda nº 1), 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141 (e subemendas nº 1 e 2), 142 (e subemendas nº 1 e 2), 143 (e subemenda nº 1), 144 (e subemenda nº 1), 145 (e subemenda nº 1), 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156 (e subemenda nº 1), 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184 (e subemenda nº 1), 185, 186 (e subemenda nº 1), 187, 189, 190, 191, 192, 193 (e subemenda nº 1), 194, 195, 196 (e subemenda nº 1), 197, 198, 199 (e subemenda nº 1), 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225 (e subemenda nº 1), 226 (e subemenda nº 1), 227 (e subemenda nº 1), 228 (e subemenda nº 1), 229 (e subemenda nº 1), 230 (e subemenda nº 1), 231 (e subemenda nº 1), 232 (e subemenda nº 1), 233, 234 (e subemenda nº 1), 235 (e subemenda nº 1), 236 (e subemenda nº 1), 237 (e subemenda nº 1), 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306 (e subemenda nº 1), 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 328 (e subemenda nº 1), 329 (e subemenda nº 1), 330, 331, 332, 333, 334 (e subemenda nº 1), 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345 (e subemenda nº 1), 346 (e subemenda nº 1), 347 (e subemenda nº 1), 348 (e subemenda nº 1), 349 (e subemenda nº 1), 350 (e subemenda nº 1), 351 (e subemenda nº 1), 352 (e subemenda nº 1), 353 (e subemenda nº 1), 354 (e subemenda nº 1), 355 (e subemenda nº 1), 356, 357, 358, 359, 360 (e subemenda nº 1), 361 (e subemenda nº 1), 362 (e subemenda nº 1), 363 (e subemenda nº 1), 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 379, 380, 382, 384 (e subemenda nº 1), 386 (e subemenda nº 1), 387, 389 (e subemenda nº 1), 390 (e subemenda nº 1), 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407 (e subemenda nº 1), 408 (e subemenda nº 1), 409 (e subemenda nº 1), 410 (e subemenda nº 1), 411 (e subemenda nº 1), 412 (e subemendas nº 1 e 2), 413 (e subemenda nº 1), 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425 (e subemenda nº 1), 426, 427, 428, 431 (e subemenda nº 1), 432 (e subemenda nº 1), 433 (e subemenda nº 1), 434 (e subemenda nº 1), 435 (e subemenda nº 1), 436, 437, 438, 439, 440, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 449, 450, 451, 452, 453, 454 (e subemenda nº 1), 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462 (e subemenda nº 1), 463, 464, 465, 467, 468, 469, 470, 471, 472 (e subemenda nº 1), 473, 474 (e subemenda nº 1), 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481 (e subemenda nº 1), 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525 (e subemenda nº 1), 526 (e subemenda nº 1), 527 (e subemenda nº 1), 528 (e

subemenda nº 1), 538, 539, 540, 541 (e subemenda nº 1), 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552 (e subemenda nº 1), 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565 (e subemenda nº 1), 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617 (e subemenda nº 1), 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655 (e subemenda nº 1), 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682 (e subemenda nº 1), 683 (e subemenda nº 1), 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 692 (e subemenda nº 1), 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 717, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 780 (e subemenda nº 1), 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801 (e subemenda nº 1), 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832 (e subemenda nº 1), 833, 834 (e subemenda nº 1), 835 (e subemenda nº 1), 836, 837 e 838;

VI) Pela **REJEIÇÃO** das Emendas Impositivas de número 208, 281, 282, 429, 442, 448, 779 (e subemenda nº 01);

VII) Pela **REJEIÇÃO** da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 337, da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 338, da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 339 e da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 344; e

VIII) Pela **APROVAÇÃO** da Emenda nº 840 e 842, de Relator.”

Observações:

- com Mensagem Retificativa e com Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa;
- com Emendas nºs 02, 03, 05 a 13, 15 a 21, 23 a 153, 155, 156, 158 a 164, 169 a 254, 256 a 370, 379, 380, 382, 384, 386, 387, 389 a 429, 431 a 842;
- com Subemendas nºs 01 às Emendas nºs 21, 55, 58, 59, 67, 68, 72, 73 a 75, 77, 84, 89, 91 a 94, 96, 98, 111 a 113, 141 a 145, 156, 184, 186, 193, 196, 199, 225 a 232, 234 a 237, 306, 328, 329, 334, 337 a 339, 344 a 355, 360 a 363, 384, 386, 389, 390, 407 a 413, 425, 431 a 435, 454, 462, 472, 474, 481, 525 a 529, 535, 536, 541, 552, 565, 617, 655, 682, 683, 691, 692, 779, 780, 801, 832, 834 e 835;
- com Subemendas nºs 02 às Emendas nºs 141, 142 e 412;
- retiradas as Emendas nºs 1, 4, 14, 22, 154, 157, 165, 166, 167, 168, 255, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 381, 383, 385, 388 e 430;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;

- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-12-19;
- aprovadas as Emendas nºs 133, 134, 208, 245 e 281;
- rejeitadas as Emendas nºs 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246;
- NULA a votação da Emenda nº 282 por falta de quórum em 28-11-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 720, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, o objetivo da emenda é a ampliação, promoção, prevenção e combate à violência contra as mulheres, com a destinação de R\$ 200 mil para a pasta que hoje é chefiada pela Fernanda Machado, que está na coordenadoria de políticas públicas para as mulheres de Porto Alegre.

Algumas vezes a Fernanda, inclusive enquanto suplente do Ver. Moisés Barboza, usou da tribuna para relatar a dificuldade que tem hoje em relação ao acesso ao orçamento geral do Município para a ampliação de políticas de combate e prevenção à violência contra as mulheres. Só no ano de 2018 a gente teve um aumento de 30% das denúncias, 73 mil casos de feminicídios no Brasil, 164 casos de estupro por dia. Então é um país que tem na sua base o patriarcado, o machismo, não basta somente a criminalização, temos que investir na promoção de política de reeducação de homens e mulheres para uma cultura que não seja machista, que não trate as mulheres como objeto dos homens. E, nesse sentido, o orçamento é fundamental para essa pasta. Vem sendo um relato corriqueiro de quem trabalha com esse tema de que é necessário mais investimento para a gente conseguir reverter esse quadro que só se agrava. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 720, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 14 Votos **NÃO**.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente, vou fazer uma justificativa de voto para esta emenda que valerá para as outras que votaremos. Eu votarei contrariamente a todas as emendas que não forem impositivas e que não estão aprovadas no relatório da CEFOR.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Em votação a Emenda nº 778, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores; Presidente Mônica e público que nos assiste. A questão de nós protocolarmos esta emenda não é por ser impositiva ou genérica, nós protocolamos mais é para discutir mesmo. Até hoje, colegas vereadores, eu não consegui sensibilizar o governo em relação a criar, instalar uma central de intérpretes no Município de Porto Alegre. Dia 11, nós visitamos o Sr. Jorge Brasil, diretor-geral de acessibilidade e inclusão social, para falar sobre esta emenda e fomos informados que a Prefeitura prevê a implantação de uma Central de Intérpretes Remota, serviço de interlocução entre surdo e ouvinte.

Depois dessa visita ao diretor Jorge Brasil, eu visitei a comunidade surda. Na sexta-feira fui num evento deles, estive com o Diego Silva e com vários jovens surdos, estavam lá em torno de 50, 60 jovens. O que eles me falaram desse projeto do governo, a Central de Intérpretes Remota, que é via Internet? Se já há dificuldade de um surdo de Porto Alegre conversar com um surdo de Cachoeirinha, porque há diferenças de interpretação, imaginem de outro estado. Só entende isso quem vive na pele a questão da comunicação daqueles que têm essa deficiência.

Nós propusemos esta emenda - que sabemos que vai ser vetada, Ver. Idenir Cecchim, não importa se vai ser vetada, se é genérica ou não – justamente para discutir o tema, porque o governo não teve essa sensibilidade ainda. A comunidade de surdos tem falado conosco e dito que isso que a Prefeitura está querendo criar não vai solucionar o problema deles. O índice de mulheres surdas que morre é muito grande. Morrem porque elas não vão ao médico, elas não têm quem as leve ao médico, quem as interprete, e o índice é muito alto. O que estamos pedindo é que a Prefeitura crie, como em Alvorada, que visitei, um serviço funciona muito bem: o paciente surdo quer ir no médico, vai até a central e alguém o acompanha ao médico. É isso que estamos pedindo! A Prefeitura não vai ter gastos com isso, é só preparar algum servidor do governo, fazer parceria com faculdade. Enfim, por isso trouxemos essa discussão aqui, sabendo que por ser uma emenda genérica vai ser vetada, mas queríamos justamente discutir, porque não vamos desistir de a Prefeitura de Porto Alegre ter uma central de intérpretes presencial. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, por solicitação desta presidência, a Emenda nº 778, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA por 11 votos SIM e 10 votos NÃO.**

O Ver. Mendes Ribeiro solicita a leitura da Emenda nº 719, destacada, ao PLE nº 021/19.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 719 ao PLE nº 021/19.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, vejo que vereadores não estavam aqui pela manhã quando caiu o quórum nesta emenda. Ela é uma emenda não impositiva, e eu, pela manhã, dei a informação de que o Ver. Paulo Brum e eu colocamos recursos para emendas impositivas para a mesma finalidade: compra de mamógrafo para o hospital da Restinga, inclusive para pessoas com deficiência, mulheres cadeirantes.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 719, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

Encerrada a votação das emendas, passamos agora à votação das seguintes partes, aprovadas pela CEFOR: Projeto, Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

Em votação o PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, nós estamos encaminhando, então, o final de uma votação de processo orçamentário. Esse processo, para mim, que relatei o orçamento para todos os colegas, foi uma grande novidade dada a existência, na ocasião, das emendas impositivas. Acho que foi uma experiência muito interessante de aprendizado, de paciência – por que não, não é, Ver. Cassio? –, de conseguir construir todo esse projeto, e conseguimos votá-lo em um tempo bastante reduzido; conseguimos, por meio da cooperação dos colegas, por meio do entendimento entre todas as partes, ter uma votação acelerada, Ver.^a Cláudia, muito mais rápida do que nós imaginávamos e temíamos, na verdade, no início do processo, quando víamos aquele grande volume de emendas e também a novidade, que era essa ferramenta das emendas impositivas.

Na condição de relator, então, eu gostaria de encaminhar a votação, agora, do projeto. Primeiro, deixo a mensagem de que meu voto será favorável a esse processo orçamentário; mas quero, especialmente, agradecer a todos os colegas vereadores, às suas equipes e aos servidores, também, por terem ajudado na condução do processo de maneira bastante republicana, bastante transparente, Ver. Paulinho, bastante responsiva, também – por que não? Todos aqueles pedidos e entendimentos foram, em sua maioria, adequados, foram feitos. As pessoas, não só os vereadores, mas os demais servidores da Casa, comissionados ou não, estavam à disposição para contribuir, para construir aquilo que fosse melhor nesse processo orçamentário para a cidade de Porto Alegre. Então eu saúdo a Câmara de Vereadores, na condição de relator, pelo encerramento da votação do orçamento e desejo que o governo municipal de Porto Alegre, no ano que vem, faça uma boa execução desses recursos, e reforço a sugestão dada no relatório, e também da minha apresentação no início do processo, de que ao longo do ano que vem que nós

discutamos, enquanto Parlamento, regras para como serão as impositivas do próximo ano, seja em quantidade, seja em valores, para que não tenhamos, mais uma vez, que nem foi nesse ano, na última hora, uma tentativa de modificação do processo que podia gerar confusão, entendimento não só confuso para os vereadores, como também para a cidade de Porto Alegre.

Então, agradeço mais uma vez a atenção de todos, e desejo que no encaminhamento final dessa votação nós tenhamos um bom projeto orçamentário para o ano que vem, e que tenha, especialmente, uma boa prestação de serviços públicos para o cidadão, pois, afinal de contas, é o dinheiro dele que nós estamos aqui agora fazendo a devida alocação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 021/19, com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, eu quero aqui também fazer uma reflexão e um pronunciamento em torno da questão da aprovação do orçamento. Esta peça orçamentária que passa a ter, digamos assim, um norte, uma priorização, com uma participação importante dos vereadores, e quero cumprimentar, em especial, o Ver. Cassio Trogildo que construiu, junto com as demais lideranças da Casa, esta participação efetiva da Câmara Municipal na decisão das políticas públicas sobre uma parcela, uma parte ou um percentual do orçamento.

Eu acredito que, de maneira muito propositiva, a metade das emendas dos vereadores estão sendo destinadas em Porto Alegre para a área da saúde. Tive o cuidado, Dr. Goulart, de observar as inúmeras iniciativas em favor da Santa Casa, do Hospital Vila Nova, do HPS, do Hospital da Restinga, do Hospital Mãe de Deus, enfim, várias iniciativas de vereadores que tenho certeza que auxiliarão no dia a dia, especialmente no que diz respeito à garantia do direito à saúde dos porto-alegrenses. Digo isso porque mais intimamente, recentemente, tenho feito um trabalho junto aos hospitais. Estive no Hospital Conceição, no Hospital da Restinga, no Vila Nova, na Santa Casa visitando e, realmente, acredito que demos um passo importante em prol da saúde de nossa cidade destinando estes recursos, muitos deles para a aquisição de equipamentos, Ver. Paulo Brum, camas hospitalares, enfim. Na Zero Hora, saiu ontem uma matéria dizendo que o Estado do Rio Grande do Sul tem os maiores índices de câncer do Brasil. Então, é muito importante. Nós sabemos que muitas pessoas foram acometidas de doenças graves ou gravíssimas. Quero dizer que estou à frente de um clube de Rotary em Porto Alegre que tem um trabalho também de erradicação das hepatites. Hoje, protocolei um projeto de lei – o estatuto da criança com câncer. Quero

agradecer também os vereadores que subscreveram a frente parlamentar de conscientização sobre o câncer infantil. E também, não só estas questões que envolvem os recursos aportados para área da saúde, mas também as demais iniciativas peculiares e da particularidade de cada mandato, de cada vereador, cada um com a sua representação legítima, com a sua parcela da sociedade representada, também podendo dar a sua contribuição de maneira mais contundente, mais pontual, em prol dos interesses da sociedade porto-alegrense. Quero dizer que vencemos uma etapa importante, quero me somar ao vereador que me antecedeu, o Ver. Felipe Camozzato, que também faz uma reflexão nesse sentido. Estamos caminhando, e tenho certeza que, com as contribuições das colegas vereadoras e dos colegas vereadores chegamos mais próximo do ideal possível daquilo que se pode fazer com poucos recursos, com toda dificuldade da crise que assola o nosso País, especialmente o nosso Estado, mas também a Prefeitura. Quero dizer que esta contribuição dos Vereadores, com certeza, fará a diferença para aquelas entidades que, lá na ponta, poderão estar construindo algumas alternativas com os recursos que foram destinados pelos vereadores para as suas atividades-fim. Então, quero cumprimentar o conjunto de vereadores e a Casa, especialmente as assessorias que colaboraram sobremaneira para a construção de alternativas para que pudéssemos chegar agora a bom termo votando a peça orçamentária e dando também um toque do Legislativo no que diz respeito aos investimentos públicos e a priorização das políticas públicas da cidade em torno também das ideias e das iniciativas dos vereadores. Mais uma vez, agradecendo aqui e lembrando a importância decisiva do Ver. Cassio Trogildo, que colaborou muito para que se pudesse concretizar aquilo que foi idealizado por conta dessa participação. Pela atenção de todos, muito obrigado, façamos o encaminhamento favorável à aprovação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Mônica, demais vereadores e vereadoras, pessoal que nos assiste nas galerias, pessoal que nos assiste em casa e funcionários da Câmara; eu fico feliz hoje, porque, como estava falando o Ver. Márcio, neste ano de 2019, nós, vereadores, pudemos contribuir com um pouco que fosse. A gente acompanha no dia a dia a nossa Saúde, que está cada vez mais difícil, muitos postos de saúde e até hospitais tentam trabalhar o máximo, mas muitos sem estrutura, e a gente pôde, com essas emendas impositivas, contribuir um pouco para a nossa população de Porto Alegre. Espero, como está para o ano que vem, que seja posto em prática, que essas emendas sejam concluídas nesses postos e hospitais para quem nós destinamos essas emendas para as melhorias. Eu tentei dividir um pouco para cada, como outros vereadores fizeram. Eu mesmo queria que tivesse vindo maior

quantidade dessas verbas, que a gente pudesse ajudar mais hospitais, mais postos de saúde, ajudar mais a Saúde de Porto Alegre, que a nossa população precisa. Destinei para os postos do Extremo-Sul, para o Hospital Vila Nova, Hospital da Restinga, para os lugares mais afastados da cidade. Eu sempre fico feliz quando encontro as pessoas, e as pessoas comentam sobre a situação das nossas emendas. Este ano tivemos a oportunidade que em outros anos – no mandato anterior – não tivemos, de poder destinar essas verbas para os hospitais e postos de saúde. Com certeza, vamos acompanhar, para que essas verbas impositivas sejam colocadas em prática; vamos fiscalizar, vamos estar atentos, para que a população ganhe com isso. Acompanhamos, no dia a dia, o estado em que se encontra a saúde no nosso Município: são aparelhos que estragam nos hospitais, são postos de saúde que não têm material para fazer um curativo. Isso é um absurdo, porque a nossa população precisa desses serviços. Acredito que hoje seja um dia especial, porque temos essas emendas para aprovar, para que a nossa população ganhe em qualidade de atendimento e que, no ano que vem, venham mais verbas, para fazermos mais melhorias para a nossa população de Porto Alegre. Enquanto é noticiada a corrupção no nosso País, com o que ficamos muito tristes, graças a Deus, hoje, no Legislativo de Porto Alegre estamos contribuindo, fazendo a nossa parte, cumprindo com o nosso dever, que é trabalhar para a nossa cidade de Porto Alegre, que é trabalhar pela população que nos elegeu. Hoje, aprovando essas verbas impositivas, vamos ajudar postos de saúde e hospitais, e fico feliz em dividir essa alegria com os demais 35 vereadores porque estamos fazendo a nossa parte. Não estamos fazendo favor a ninguém, não estamos fazendo favor para a população, estamos fazendo o nosso dever como parlamentares eleitos, para trabalharmos pelo povo de Porto Alegre. Quero deixar um abraço a todos, a toda população de Porto Alegre, e dizer que estamos fazendo o possível para que a população ganhe. Estamos fazendo o nosso dever, não estamos fazendo favor nenhum! É dever de um parlamentar cuidar da sua cidade, e nós, hoje, estamos destinando essas verbas para a saúde de Porto Alegre. Que o ano que vem seja posto em prática, para que a nossa população ganhe com isso. Que Deus abençoe a todos, abençoe a nossa população de Porto Alegre. Um abraço a todos, fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo processo SEI nº 017.00161/2019-13, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que solicita representar esta Casa na Cerimônia de inauguração do Auditório Ênio Roberto Dias dos Reis, na sede da Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano, na cidade de Brasília, no período de 3 a 5 de dezembro de 2019.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias e pela TVCâmara. Estamos chegando, Ver. Ricardo Gomes, ao final de mais um processo de votação da Lei Orçamentaria Anual. É o sétimo orçamento que estou votando nesta Casa, Ver. Mendes Ribeiro, e, com certeza, a Lei Orçamentária é uma lei muitíssimo importante. Nós sempre tivemos, Ver. Felipe Camozzato, que foi o relator do orçamento neste ano, sessões de votação do orçamento que se estendiam até a madrugada, porque nós sempre tínhamos cento e várias emendas comuns, daquelas que não tinham obrigatoriedade de serem cumpridas. Pois nós estamos votando o primeiro orçamento da cidade de Porto Alegre que vai ter uma pequena, mas importante parcela, que será de caráter obrigatório, que a gente apelida de impositiva, mas, na verdade, é de cumprimento obrigatório, porque a Lei Orçamentária, Ver. Paulinho Motorista, é autorizativa. Eu sou daqueles que defendem, Ver.^a Lourdes, que o orçamento seja todo de execução obrigatória, porque senão ele é um cumprimento de carnê! Vem para cá, nós debatemos, fazemos audiência pública, discutimos, emendamos e depois não tem obrigatoriedade de ser cumprido. Pois nós, Ver. Hamilton, fizemos uma emenda à Lei Orgânica do Município que não teve um autor, teve 28 autores que, em 1º turno, aprovaram com 28 votos favoráveis, Ver. Cláudio Conceição, e, em 2º turno, com 20 votos favoráveis. Então, uma decisão unânime por mais de dois terços desta Casa que consolidou um procedimento que já existe no Congresso Nacional desde o ano de 2015, e é por isso que foi possível que nós aprovássemos aqui na cidade de Porto Alegre. Poderíamos já ter feito no ano de 2015, poderíamos ter feito em 2016, 2017, 2018; fizemos a opção de fazer em 2019. Pelo número de emendas que tivemos este ano, 767 emendas impositivas, diminuiu muito o número de emendas não impositivas, 47, Ver. Alvoní, e cinco emendas populares. Nós estivemos olhando as emendas impositivas, e eu tenho a convicção de que irão refletir, Ver. Mendes Ribeiro, a presença e o trabalho de cada um dos 36 vereadores nos quatro cantos desta cidade, porque são emendas que refletem, que registram realidades pontuais em diversas comunidades. Estamos resolvendo todos os problemas do Município? Não.

Nem os R\$ 7,9 bilhões de recursos que são o total do orçamento deste ano resolvem todos os problemas da nossa cidade, mas essa pequena parcela que corresponde a 0,65%, Ver. Márcio Bins Ely, da receita corrente líquida, portanto R\$ 45,8 milhões, ou R\$ 1,266 bilhão para os vereadores, sendo que a metade desses recursos, R\$ 633 milhões, têm de ser aplicados na área da saúde, os outros R\$ 633 milhões são recursos livres nas demais áreas. É uma pintura o conjunto das emendas que foram construídas nesta Casa pela maioria dos vereadores ou pela quase unanimidade dos vereadores, porque o Ver. Cassiá Carpes já fez o registro de, por opção legítima e democrática, neste ano, Ver. Luciano Marcantônio, não indicar emendas impositivas, o que está dentro de sua prerrogativa.

E nós, agora, chegamos no momento de aprovar a peça final, e para valer a peça final, que tem emendas impositivas de 35 vereadores, nós, logicamente, precisamos aprovar o orçamento, presidente, porque, se não aprovarmos o orçamento, não valem as emendas impositivas, Ver. Mauro Pinheiro, não valem as emendas não

impositivas, não valem as emendas populares e não vale a proposta original não alterada que o Executivo Municipal para cá mandou, Ver.^a Cláudia Araújo, V. Exa. que está votando o seu primeiro orçamento nesta Casa.

Eu encaminho, para finalizar, em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, pela aprovação da Lei Orçamentária Anual. Parabéns a todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, eu subo à tribuna falando em nome dos meus colegas da bancada do PSOL, o Ver. Roberto Robaina e a Ver.^a Karen Santos. O nosso sentimento é bastante diversificado neste momento. Nós entendemos que a peça orçamentária acrescida as emendas impositivas vão trazer no ano de 2020 para a cidade de Porto Alegre um avanço bastante considerável, porque várias cabeças presentes no Legislativo Municipal se dedicaram muito para construir a resolução de problemas concretos das nossas comunidades nas diferentes regiões da capital dos gaúchos. Portanto, deixo aqui os parabéns a todos os vereadores que tentaram, da melhor forma possível, dar a sua contribuição para qualificar a peça orçamentária, colocando recursos em áreas em que não haviam sido previstos na lei de orçamento, mandada pelo Executivo Municipal para esta Casa Legislativa. Isso, tenho certeza, fará muita diferença na vida do cidadão porto-alegrense no ano de 2020. Porém, também precisamos lamentar que, na peça orçamentária para o ano que vem, a Prefeitura tenha subtraído R\$ 65 milhões da assistência social. Não se faz enfrentamento de problemas com boas intenções, com torcida, apenas com fé! São necessários recursos para efetivar políticas públicas que diminuam os graves problemas sociais da nossa cidade. O atendimento às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos – todas essas áreas sofreram prejuízo com essa subtração massiva de recursos no orçamento do Município de Porto Alegre para 2020; nós, da bancada do PSOL, entendemos que a lei orçamentária que está prestes a ser votada vai desmontar o serviço de assistência social em Porto Alegre. Isso nos assusta e nos entristece. Com uma população que apresenta uma discrepância muito grande em termos socioeconômicos, é inaceitável que a Prefeitura subtraia recursos que possibilitariam conferir alguma dignidade à população mais pobre desta cidade, à que mais necessita dos órgãos do governo; portanto, nós não podemos, não conseguimos aceitar a proposta dessa subtração. Muitos vereadores aqui tentaram contribuir fazendo emendas; se todos os recursos de todos os vereadores desta Casa Legislativa fossem direcionados única e exclusivamente para a assistência social – isso não era possível porque 50%

obrigatoriamente deveriam ser destinados à saúde –, nem com todos esses recursos somados, nós devolveríamos às pastas, às áreas da assistência social os R\$ 65 milhões que foram subtraídos. Isso vai prejudicar a população mais carente desta cidade. Portanto, valorizando o esforço de todos os vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa pelas suas emendas impositivas, pelo trabalho exaustivo também do Ver. Felipe Camozzato, que é o relator dessa peça orçamentária, a bancada do PSOL não vai votar contrariamente, mas vai se abster na aprovação do projeto. Gostaríamos de ter somado esforços para aprovar, mas infelizmente nós não podemos concordar com a subtração dos R\$ 65 milhões da assistência social que o Executivo fez.

Portanto, gostaria de desejar uma boa votação a todos os vereadores e vereadoras, e que Deus nos ajude, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias, através da TVCâmara, da nossa Rádio Web e pelas redes sociais, o Ver. Cassio Trogildo falou que é o sétimo ano que estamos tendo o prazer de discutir, votar e apresentar emendas ao orçamento. Ver. Cecchim, também é o sétimo ano que nós vimos algumas bancadas apresentarem emendas, articularem e aprovarem as emendas do orçamento, depois, com todo o respeito que eu tenho, ver essas bancadas votarem contra o orçamento. Eu acho que aqui é uma Casa de construção, se eu sou contra, sou contra tudo, inclusive as minhas emendas, eu não posso ser beneficiado com as minhas emendas lá no orçamento, Paulinho Motorista, depois, votar contra o orçamento, aí fica muito legal o jogo. Ideologicamente eu sou contra e aprovo as minhas emendas, aí faço a política porque tenho as minhas emendas e aprovo as minhas emendas. Através do orçamento, discutindo, aperfeiçoando e aprovando suas emendas, nós conseguimos construir a política para abrir os postos de saúde por 24 horas. Foi no orçamento. O orçamento é o ideal para a cidade de Porto Alegre? Não é, ele é um cobertor, muitas vezes curto, em algumas áreas, bom em outras áreas. Eu consegui, este ano, no orçamento, aprovar R\$ 1.261.048,00 para política de criar um centro de referência de autismo na cidade de Porto Alegre. É o suficiente? Não, não é o suficiente, mas é o início. Eu espero poder aumentar, no ano que vem, as emendas impositivas, poder doar mais, poder participar, dentro do orçamento, para poder doar mais recursos para que o centro de referências tenha mais recursos para o tratamento do autismo. Nós avançamos em algumas áreas, diminuiu a parte do governo, mas aumentou a parte dos vereadores. Nós temos avançado através de emendas de vereadores em algumas partes. Nós tivemos em torno de R\$ 40 milhões para destinar, através de emendas impositivas, dos vereadores, e desses quarenta e poucos milhões,

R\$ 20 milhões os vereadores poderiam destinar para qualquer área. É um avanço? É um grande avanço que nós temos na cidade de Porto Alegre. Agora, o orçamento não é perfeito, ele vem para esta Casa para fazermos ajustes. Se eu acho que o orçamento não está legal, eu não apresento nada, discuto, debato e voto contra. Agora, eu não posso me beneficiar do orçamento, discutir e aprovar minhas emendas, e, depois, votar contra ou me abster de votar. Eu acho que isso não condiz com o papel desta Casa, e nesses sete anos que aqui estou, nesses sete anos que a gente discute o orçamento, a gente vê essa prática. As pessoas se furtam de votar, mas se beneficiam para aprovar suas emendas. Eu acho que essa prática não tem sido muito republicana, não tem sido muito legal, mas, cada um, cada um. Eu quero reafirmar aqui a vitória que este Parlamento teve na questão das emendas impositivas, a vitória e a autonomia que este Parlamento teve de poder apresentar emendas impositivas ao orçamento.

E volto a afirmar, o nosso mandato colocou R\$ 1.261.048,00 para criar o centro de referência de tratamento do autismo na cidade de Porto Alegre. Entendemos que será um avanço na política pública para as famílias que têm crianças com autismo.

Nós estamos discutindo há muito tempo o orçamento, como ficamos discutindo por quatro anos a questão dos postos de saúde abertos até às 24 horas. Então, é uma vitória desta Casa, é uma vitória Câmara, do conjunto dos vereadores que votaram na alteração da Lei Orgânica que permitiu a emenda impositiva na cidade de Porto Alegre. Uma vitória do Parlamento, uma vitória da cidade de Porto Alegre, que avança fazendo a democracia, fazendo a vontade do povo de Porto Alegre. Nós encaminhamos pela aprovação desse orçamento, para aprovar a autonomia da Casa do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 021/19 com a Mensagem Retificativa nº 01, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, emendas e subemendas aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM** e 03 **ABSTENÇÕES**.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Solicito que seja apensada a nossa declaração de voto. Votamos pela aprovação, reservando a nossa diferença com a retirada de verbas da FASC. Assinam os vereadores Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni e Adeli Sell.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, quero louvar o Ver. Adeli e sua bancada, que têm algumas restrições, mas que votaram a favor. O que eu não posso entender é o PSOL apresentar tantas emendas fora das impositivas e depois se abster de votar o projeto. Eu acho que quem se abstém, abstém-se também de querer ajudar a população. Isso tem que ser registrado, falado e comunicado à população como se comportam esses vereadores.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Só quero dizer que o debate encerrou. Se o Ver. Cecchim não entende a lógica do PSOL, eu entendo que ele não entenda, porque ele é do PMDB que governa o Brasil há 50 anos. O PSOL tem uma lógica diferente da do PMDB, por isso nos abstivemos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Só queria dar a conhecer do plenário que, na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça, nós recebemos para distribuir um projeto de lei do Executivo que regulamenta o serviço de utilidade pública de transporte escolar. Esse projeto, em regime de urgência, precisa estar pronto para votar, ele tranca a pauta, em 45 dias. Ele passou 40 dias na Procuradoria da Casa; veio para a CCJ analisar em cinco dias. Eu distribuí ontem, na sessão, e o vereador-relator se comprometeu a apresentar hoje o parecer para que nós, por assinaturas, o votássemos e colocássemos em plenário com parecer da CCJ. O vereador-relator, no entanto, acaba de nos informar que deixa de apresentar parecer porque o projeto foi encaminhado à Casa sem justificativa, que é requisito legal para a tramitação do projeto. O projeto veio do Executivo sem a Exposição de Motivos, sem a justificativa. Por esse motivo, eu quero só dar a conhecer aos colegas, a CCJ não analisará o projeto e ele trancará a pauta na segunda-feira, mesmo com um vício grave, vício formal grave, uma ilegalidade grave. Então, só para esclarecer por que a CCJ não se manifestou sobre este projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Ricardo Gomes.

Apregoo processo SEI nº 017.00169/2019-71, de autoria do Ver.^a Comandante Nádia, que solicita representar esta Casa no evento “Tá na Mesa – Perspectivas econômicas”, na Federasul, em Porto Alegre, no dia de 04 de dezembro de 2019.

Apregoo processo SEI nº 110000145.00066/2019-26, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que solicita representar esta Casa no evento Agenda de Governos Locais e Regionais na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP25), na cidade de Madri-Espanha, no período de 05 a 11 de dezembro de 2019.

Apregoo processo SEI nº 026.00060/2019-25, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita representar esta Casa no evento Agenda de Governos Locais e Regionais na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP25), na cidade de Madri-Espanha, no período de 05 a 12 de dezembro de 2019.

Apregoo processo SEI nº 155.00109/2019-00, de autoria do Ver. Engº Comassetto, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –,

que comunica a sua participação no Congresso *Sur-Sur Nuestras Propias Soluciones*, em Montevidéo - Uruguai, no período de 04 a 07 de dezembro de 2019.

A Ver.^a Cláudia Araújo solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 16 de dezembro de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego PR nº 057/19, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Aprego o Substitutivo nº 01, de autoria dos vereadores Felipe Camozzato, Ver. Mendes Ribeiro e Ver. Ricardo Gomes, ao PLCL nº 018/19,

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Segundo o acordo de lideranças, decidiu-se pela seguinte ordem de votação: em primeiro lugar, o PLCE nº 011/19; logo após, o PLE nº 023/19 e o PLE nº 020/19. Após, segue-se a ordem normal.

Em votação a ordem de priorização conforme requerimento firmado pelos líderes partidários. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0383/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/19, que altera o § 5º e os incs. I, II, III, IV, V, VI e VII do § 8º do art. 32 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015. **(Alteração da fórmula de cálculo da Gratificação de Atividade Tributária.)**

Observações:

- com Emenda nº 01 ao Projeto;
- com Mensagem Retificativa Substitutiva nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 20-11-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 011/19. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu entendo que o prefeito Nelson Marchezan quer reduzir despesas. Acho meritório, mas reduzir salários e gratificações de funcionários, eu não concordo. Eu acho que tem várias formas de acelerar a arrecadação, justamente com os responsáveis por essa arrecadação, que são os funcionários da Fazenda; se retirar salário deles, eu acho que é uma bola nas costas. Eu gosto de reduzir despesas, faço parte da Comissão de Finanças e entendo, mas não estou de acordo em retirar

salários das pessoas. A nossa bancada não tem posição definitiva ainda, mas eu, como participante da bancada, vou votar contra esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a declaração de existência de recursos orçamentários ao PLCE nº 011/19, de autoria da secretária Juliana Garcia de Castro, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e por Jorge André Burger Carrion, Diretor-Geral de Planejamento e Orçamento.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Mensagem Retificativa Substitutiva nº 01 ao PLCE nº 011/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 011/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** a Emenda nº 01 por 12 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE 011/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM**, 14 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

Apregoo a Subemenda nº 03, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Peço para ser acostada a minha declaração de voto ao PLCE nº 011/19.

(O Ver. Adeli Sell procede à entrega da declaração de voto.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0530/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 023/19, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 130 milhões (cento e trinta milhões de reais), no âmbito da linha de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 023/19. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica. Eu considero que votar nestas condições, no final do ano, mais um crédito para o governo municipal é um grave erro. A Câmara Municipal já aprovou uma série de créditos para que o governo realizasse as suas obras, e isso é parte das iniciativas governamentais. Nós aprovamos muitos desses créditos. Um deles, que a Câmara necessitava avaliar, foi para que a Carris pudesse contratar seus empréstimos e cumprir a legislação referente à renovação da frota. Também aprovamos empréstimos ligados à área do saneamento. Mas o que temos visto é que o governo, invariavelmente, apresenta projetos de crédito sem fazer um planejamento. Isso não pode ser assim. O governo Marchezan começou a sua gestão denunciando que havia déficits que impossibilitavam o seu governo de realizar políticas. A resposta que o governo deu a esses sucessivos déficits foi os ataques pesados aos servidores públicos e o enxugamento brutal dos serviços para a população. Agora, o governo, que já está terminando – é o seu último ano –, tem contraído um volume muito expressivo de crédito; portanto, está comprometendo as finanças da cidade, no futuro. Não quero fazer uma afirmação que não possa sustentar de que a cidade não tem condições de arcar com esse financiamento, mas o que tenho claro – isso, sim, é evidente – é que a Câmara Municipal não discutiu e que o governo não apresentou – razão pela qual a Câmara não discutiu – quais são os planejamentos ligados a esses empréstimos. Então, eu considero que é um grave erro que nós, como Câmara Municipal, façamos novamente o papel de avalistas dessa política de crédito sem um planejamento real sobre os gastos da cidade, sobre a capacidade de pagamento da cidade, sob pena de comprometermos os futuros governos. Sinceramente, como nós queremos, sim, governar Porto Alegre, nós não queremos dar um aval para o governo, um governo que, na nossa opinião, tem feito gastos errados na cidade de Porto Alegre, tem mostrado desperdício de recursos públicos, razão pela qual chamamos os vereadores e as vereadoras a não aprovarem este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Mônica. Acho que este é um projeto, dentre o rol de projetos de empréstimos que nós já aprovamos aqui nesta Casa, que merece um pouco mais da nossa atenção. Eu estava até falando com o líder do governo, Ver. Mauro, também com o secretário Busatto e assessoria, sobre preocupações que eu já havia manifestado em votações anteriores, parte delas contempladas também pelo que o Ver. Robaina trouxe a esta tribuna, que muito embora eu divirja frontalmente do PSOL, eu acho que há razão para

nos preocuparmos com o que estamos comprometendo em termos futuros com relação à Caixa e ao endividamento da Prefeitura. Acho que isso não está claro, não só neste projeto, como não tem sido claro após aprovação de um montante de quase meio bilhão de reais em financiamentos. Nós tivemos aqui, na Câmara, aprovado nas últimas semanas, R\$ 50 milhões em financiamento para a pavimentação pelo Banco do Brasil, outros R\$ 30 milhões no Banco de Desenvolvimento da América Latina. Significam aí R\$ 80 milhões já aprovados. Com esses R\$ 130 milhões, já são R\$ 210 milhões que seriam então aprovados para a linha de repavimentação, requalificação viária. Esse valor é praticamente metade do que foi provisionado na Lei Orçamentária para a conta de investimentos do ano de 2020, é um valor bastante robusto, e, muito embora eu concorde que nós precisamos, sim, fazer manutenção nas nossas vias, que realmente temos um problema atual com relação à qualidade das vias urbanas de Porto Alegre, eu coloco o questionamento: que informações estão disponíveis agora, para que os vereadores possam tomar a decisão de novas obtenções de empréstimo? Por exemplo: qual é a taxa de juros desse empréstimo? O secretário Busatto até me falou que seria uma taxa de CDI em torno de 4%, ou seja, em torno de 9% ao ano, o que corresponde a quase R\$ 11 milhões em pagamentos de juros anuais com relação a esse empréstimo. Pergunto: se tivéssemos valores disponíveis em caixa para fazer – nós não temos atualmente, mas se tivéssemos –, por um uso mais racional dos nossos recursos, não seria mais barato fazermos com o Tesouro Municipal ao invés de empréstimo? Seria. Nesse valor de taxa de juros, seria. Qual é o prazo desse empréstimo que será requisitado, para a gente poder calcular também qual é o juro composto no tempo desse valor financiado? Quais são as vias que serão recuperadas? São 80 quilômetros de quais vias? O projeto também não especifica. São vias arteriais? São relevantes? Não são relevantes? São de um bairro específico ou de toda a cidade? Enfim, está muito aberto. Que forma de controle será oferecida para que o Parlamento veja a execução disso? Também não está claro. Qual é a projeção futura de impacto no fluxo de caixa com relação a esses demais financiamentos aprovados? Também não vejo essa informação de maneira clara, acho que carece de mais informações. Então eu não me sinto apto, neste momento, a dar um voto a favor do projeto, porque, muito embora eu concorde com o mérito, eu temo pela falta de informações que me permitam tomar uma decisão com segurança. Acho que, se nós tivéssemos um melhor uso, uma melhor gestão dos R\$ 7,5 bilhões projetados como receita para o orçamento de 2020, nós teríamos condições de ter R\$ 130 milhões dedicados para a recuperação viária, mas, de novo, precisa de reorganização e, principalmente, para os vereadores poderem votar, precisa-se de informação, com aquela máxima de gestão: o que não é medido não é gerenciado. Hoje, nós não temos informações para medir qual é a efetividade disso e qual é, efetivamente, a necessidade desse financiamento. Então, com relação a isso, eu não posso fazer um papel de complemento à gestão dando-lhe um aval para algo que eu desconheço. Eu me sinto muito inseguro em dar um voto a favor e eu aproveito o tempo de discussão para também oferecer à base do governo e também à própria Prefeitura a chance de poder municiar o Parlamento com mais informações, prestar os devidos esclarecimentos e,

portanto, viabilizar a aprovação, se entenderem que, de fato, o projeto é relevante. Agradeço a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Estamos em discussão de um projeto de lei do Executivo que solicita aprovação para a contratação de uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 130 milhões, uma linha de financiamento para um programa de pavimentação do Município de Porto Alegre.

Eu gostaria de seguir na mesma linha que os vereadores que me antecederam no uso da tribuna tomaram. Nós, da bancada do PSOL, votamos anteriormente favoráveis aos pedidos de financiamento para alguns requerimentos que a Prefeitura fez, inclusive os dois que o Ver. Felipe Camozzato citou anteriormente, totalizando R\$ 80 milhões para pavimentação das vias do Município de Porto Alegre, porque nós entendemos que, sem dinheiro, não se faz cidade! Não se reforma, não se constrói, não se qualifica o espaço público. A nossa cidade está se desmanchando, as vias urbanas parecem um queijo suíço, e, obviamente, nós acreditamos que todos os esforços para qualificar a capital dos gaúchos são válidos; porém, o projeto que vem do governo não determina especificamente os locais em que o programa vai ocorrer, quais são as ruas que serão contempladas, quais são as áreas da cidade de Porto Alegre. Será que esse programa vai contemplar as vias próximas ao Centro? As vias na periferia? Será que a pavimentação vai se estender à Edgar Pires de Castro, que serve a uma população imensa do Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre e que está abandonada? Está abandonada, causando não apenas transtornos, mas prejuízos à população de Porto Alegre que mais usa os veículos automotores, que mais usa o transporte público; e, com isso, os ônibus quebram. Isso vai ser embutido no preço da tarifa que o trabalhador paga. Portanto, senhoras e senhores, não é bonito de ver um projeto como este, um projeto que autoriza a contratação de crédito, tendo apenas quatro artigos, sendo que não apresentam – nenhum deles – a destinação ou a fundamentação de onde esses recursos serão aplicados.

O Ver. Felipe Camozzato fez uma pequena brincadeira dizendo “apesar das divergências que o NOVO tem com o PSOL...”; mas uma das bandeiras que os nossos dois partidos defendem, desde o início, é transparência. Nós não arredamos o pé de que as políticas públicas tenham total e completa transparência. Nós não podemos autorizar a aquisição de recurso, a contratação de financiamento, o endividamento da cidade se nós não teremos certeza e clareza de onde serão aplicados esses recursos, para que nós, vereadores, façamos jus a uma das nossas atribuições máximas que é o poder de fiscalização desta cidade. Como fiscalizar sem ter clareza da aplicação dos recursos? Por isso, nos é muito cara a aprovação de um projeto que, mais uma vez, não é

transparente, não esclarece onde serão alocados os recursos, quais as regiões contempladas, quais vias urbanas. A Prefeitura poderia ser democrática, distribuir esse recurso nas principais vias que acessam os bairros da nossa cidade, Rubem Berta, Restinga, Belém Velho. Todos são cidadãos, todos pagam impostos, todos merecem respeito, todos merecem transitar em uma cidade adequada, que não detone seus veículos automotores, que também não castigue a frota de transporte público, já massacrada por essa situação caótica em que se encontra a malha viária da cidade de Porto Alegre, e ela está assim porque querem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho acompanhado o voto majoritário, na maior parte das vezes, quando se trata de financiamentos, de créditos a serem tomados pelo Município de Porto Alegre. O total de empréstimos que foi aprovado aqui na Câmara neste ano beira R\$ 1 bilhão, numa Prefeitura com receita de R\$ 7 bilhões – estamos perto de 15% da receita do Município em dívida tomada apenas neste ano. Isso significa dizer que há um endividamento crescente do Município que terá de ser pago pelas gerações seguintes; e, se não houver um profundo corte nas despesas, resultará, ali na frente, em aumento de impostos. Quero dizer que há uma irresponsabilidade no envio a esta Casa de um valor tão alto de endividamento da Prefeitura de Porto Alegre. O prefeito quer gastar no ano que vem, eleitoral, o futuro dos porto-alegrenses. Haverá de cobrar isso logo em seguida! Então quero dizer também que indaguei à Secretaria da Fazenda o quanto foi executado em obras viárias nos anos de 2017, 2018 e 2019 até agora. Não obtive resposta. Há, no orçamento, R\$ 80 milhões de reais para esta finalidade; agora, se quer um financiamento de R\$130 milhões. Ora, acabamos de orçar R\$ 80 milhões, e o Município quer um empréstimo de R\$ 130 milhões. Excederá o gasto autorizado? Ou mandou para cá um orçamento sem saber? Logo em seguida, mandou um projeto quase dobrando o que orçou. Sem informação, sem entender o que pretende o Executivo, não é possível votar um empréstimo de R\$ 130 milhões que há de ser pago pelos porto-alegrenses com os seus suados trabalhos, apenas porque sim, porque eu quero, ou porque eu preciso asfaltar a cidade no ano eleitoral, o que já denunciemos aqui nesta tribuna. É preciso gastar em asfalto em Porto Alegre? Sem dúvida nenhuma, quem anda na cidade vê o estado em que está a cidade: uma buraqueira sem fim. Se não havia dinheiro em caixa para fazê-lo, iriam pedir um empréstimo, por que não pediram em 2017? Por que deixaram a cidade se arruinar como se arruinou? Por que esperaram três anos? A resposta oficial é que Porto Alegre não tinha condições de tomar empréstimos, só recuperou agora por causa das reformas. Atenção, a condição de tomar empréstimos domésticos, nacionais, dentro do Brasil, a Prefeitura não perdeu, sempre teve, perdeu a condição de tomá-los no exterior, e essa

ainda não recuperou, continua sem poder. Então, não houve alteração no cenário de crédito do Município. Ora, por que não pediram em 2017 e mantiveram o asfalto em dia? Só posso interpretar que houve uma intenção, que há uma vontade de, por três anos, esburacar a cidade para, no quarto ano, asfaltá-la; de deixar arruinar o trânsito em Porto Alegre para, às vésperas da eleição, tapar os buracos – isso é velho, é muito velho, é a velha política, é o velho clientelismo. Eu, senhoras e senhores, com o meu voto, não ei de subscrever essa atitude. Eu voto contra. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, quero aqui, de pronto, agradecer ao amigo Cassiá e ao Conceição, sempre generosos, sempre de bom humor. É disso que estamos precisando mais nesta tarde aqui, nesta discussão séria, muito séria, porque, como disse o Ver. Ricardo Gomes, já tinha sido questionada pelo Ver. Camozzato. E aqui eu quero elogiar os dois vereadores, porque temos algumas diferenças já bem demonstradas em debates políticos e ideológicos, mas temos sido atentos conjuntamente a questões jurídicas, procedimentais, e é disso que se trata, antes de mais nada. Nós acabamos de aprovar um projeto que é a lei orçamentária. Depois de muitos anos, votei favoravelmente à lei orçamentária, acostei uma declaração de voto, chamando atenção à lacuna de R\$ 165 milhões na FASC. Eis que agora, quando não passou uma hora sequer, o governo pressiona aqui no plenário, pressiona, está com seu *staff* aqui, que eu respeito, mas pressiona, para que aprovemos R\$ 130 milhões para a questão da pavimentação, inclusive no projeto tem um problema de incoerência redacional ou jurídica que deveria ter sido sanado antecipadamente. Senhoras e senhores que estão acompanhando a nossa sessão aqui, muitos estão acompanhando pela internet, pela TVCâmara, diferentemente de alguns órgãos de imprensa que não acompanham as sessões aqui e depois ficam fazendo futrica, mas não me tirarão do sério... Pelo contrário, eu não temo, eu não temo absolutamente nada. Por isso, eu vou votar contra e vou mostrar para a cidade inteira, com folheteria, que nós aprovamos o orçamento há pouco e que na rubrica específica se destinam R\$ 80 milhões, mas se quer agora um empréstimo de R\$ 130 milhões. Algo está errado. Há algo mais nos céus de Porto Alegre do que os aviões que vão pousar no Salgado Filho – ah, isso tem! Ver. Paulinho Motorista, aí tem fumaça, não só da poluição da cidade, tem mais coisa obnubilada, aquela coisa das nuvens que turva a ideia e a cabeça das pessoas. Cuidado, no ano que vem tem eleições.

Bem postou aqui o Ver. Ricardo Gomes a questão eleitoral do ano que vem, mas, se fosse para o benefício geral da população, nenhum problema em votar favoravelmente, porque eu votei em todos os processos de financiamento, menos em um, porque não dizia a destinação adequada, era genérico. Eu fui relator na CCJ da maioria dos projetos de lei do Executivo que buscam financiamento, e nós os

aprovamos aqui. Deu, não é? Chega! Alguém tem que pagar essa conta. Eu espero que os dirigentes sindicais que estão aqui presentes – Simpa e outros – atentem para essas questões, porque, a cada dia que se passa aqui, há cortes que atingem vossos salários e vossas carreiras, como a Lei de Responsabilidade Fiscal aqui aprovada que é outra coisa obnubilada, escura, imprecisa, que a gente não enxerga direito, não tem clareza, não tem luz, ataca vocês. Agora querem um empréstimo para enganar a população, colocar um pouquinho de asfalto, quando a cidade está completamente deteriorada. Nesse sentido, nesse diapasão, acompanhando colegas de outras bancadas, nós votaremos “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu acho muito estranho a situação e a oposição serem contra um financiamento para o que é a maior reclamação da cidade: para os buracos da cidade, para as vias por onde se anda de carro, mas se anda, principalmente, de ônibus. A cidade toda está pedindo o dia inteiro: “Fechem os buracos!”. E nós, aqui na Câmara, estamos – e eu não sei por que, não sei se é porque falta um ano e três meses para a eleição – votando contra um financiamento que não é para comprar mordomia para o Paço. Isso aqui é para comprar asfalto, isso aqui é para arrumar as ruas, isso aqui é para deixar a cidade em condições de progredir. Não há justificativa alguma para negar o financiamento.

Todos os governos, Ver. João Bosco Vaz, como V. Exa. sempre diz, fazem empréstimos, precisam do empréstimo para deixar a cidade em condições de circulação. Não é possível que se faça aqui uma cruzada contra um financiamento. O financiamento não é para o Marchezan, o financiamento é para a cidade de Porto Alegre. Nós temos a responsabilidade, eu tenho a responsabilidade com quem anda de carro e com quem anda de ônibus. A cidade precisa estar bem cuidada, e, para estar bem cuidada, nós precisamos desse financiamento. Então, queria pedir, com toda a humildade, para os meus pares da situação, da oposição e independentes para que aprovem esse financiamento para o bem da cidade e da população.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Ver. Cecchim, eu estava me inscrevendo para discutir o projeto. Estou muito de acordo com o que o amigo diz, pois é exatamente isto: por que vamos esperar 2022 ou 2023 para repor os buracos? Então, vamos votar favoravelmente. Eu lhe agradeço o aparte e não vou me inscrever para encaminhar.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, Ver. Ferronato. Tenho certeza de que o seu par, Ver. Paulinho Motorista, quando anda com

os seus ônibus, também precisa de uma via sem buracos, não é, Ver. Paulinho Motorista? V. Exa. talvez seja o vereador que mais tenha experiência de como é ruim andar numa cidade esburacada. E nós precisamos fazer esse empréstimo, autorizar esse empréstimo para que, depois de ter aprovada a compra de novos ônibus, haja uma via qualificada para que a população possa ter mais conforto andando em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que a discussão aqui é bem-vinda, mas é claro que a maioria dos vereadores que eu ouvi se posicionarem aqui têm ângulos diferentes, até porque, Ver. Mauro, a chegada deste projeto aqui em final de campeonato é que traz o transtorno maior. Eu entendo que é prerrogativa, sim, do prefeito. Fui secretário de obras, e como eu gostaria de ter esses R\$ 130 milhões para asfaltar a cidade. Agora, a grande questão aqui não é a prerrogativa, é que deveria ter passado pelas comissões, deveria ter um planejamento, quais as ruas que serão asfaltadas com esse dinheiro da Caixa Federal. Eu entendo que nós estamos diante de uma situação muito ruim para todos nós, pois, se nós votarmos a favor, pensam aqueles que serão candidatos no ano que vem que podem ser prejudicados; se nós votarmos contra, a população lá fora vai dizer: “Olha, a minha rua estava nesse cronograma aí, e eu acabei sendo prejudicado por vocês, na Câmara!” Então, quando eu vejo o meu colega Ricardo aqui, com toda a propriedade, eu fico também na dúvida pelo ambiente que se criou devido às circunstâncias de ter chegado agora, no final do ano, mas tenho tendência a votar a favor. Não é porque não sou mais secretário que vou deixar de votar as melhores e as grandes obras da cidade, independente do prefeito. Eu não posso pensar no prefeito; primeiro, tenho que pensar na cidade, João Bosco. Amanhã é outro prefeito, e eu vou ajudar o outro, se for possível, dentro da necessidade, dentro da coerência, dentro da transparência. Poderia ter ajudado mais este governo, mas, infelizmente, ele não quis ajuda – e quanta experiência tem aqui de secretários de várias secretarias, seja de oposição ou de situação. Eu vou votar a favor porque a cidade não pode perder esse dinheiro, isso já está estabelecido no orçamento. Não é por ser situação ou oposição. O prefeito acha que sou oposição, mas ele que fique com o pensamento dele, eu sou vereador e tenho que cuidar da cidade, não posso abrir mão. E olha, se eu tivesse esse dinheiro quando era secretário – acho que fiz uma boa administração –, eu teria feito chover em Porto Alegre. Chegou tarde? É tarde, mas não tanto a ponto de vetarmos. É prerrogativa do prefeito, acredito que a maioria vai votar para o asfaltamento, sob pena de prejudicarmos a população de Porto Alegre que será beneficiada. Prefeito é aquela história que já sabemos com nossa experiência política: se ele deixar para trocar aquela lâmpada lá no final do ano, passa três ou quatro anos sem aquela lâmpada, o cidadão

olha e diz “agora, esse prefeito quer colocar a lâmpada porque é candidato, não vou votar nele igual, porque ele botou agora no final, mas deveria ter colocado três anos atrás”. Não muda nada a nossa percepção. Nossa questão é analisar o cidadão que quer as obras. Então é neste sentido que vou votar: voto a favor porque entendo que a população não pode ser prejudicada pela Câmara. Vote quem quiser contra, vote quem quiser a favor, é a capacidade de percepção do vereador da sua responsabilidade. Tem também poder de votar contra, consigo entender, mas a minha opinião é que devemos votar a favor para auxiliar o cidadão. Uma coisa é a conservação, outra é a feição de toda uma rua, já que ela não tem mais condições de tapa-buraco. Aí vem esse tipo de financiamento para beneficiar a cidade de Porto Alegre e a população de Porto Alegre. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Presidente Mônica, colegas vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Câmara, eu vou na mesma linha de discurso dos vereadores Idenir Cecchim e Cassiá Carpes. Nós estamos tratando do projeto de financiamento de R\$ 130 milhões para a infraestrutura de vias. A cidade não pode pagar o preço das nossas discussões políticas. Quanto mais a gente deixar as ruas sem investimentos, sem recapagem, sem infraestrutura, sairá cada vez mais caro para a Prefeitura de Porto Alegre. Nós não temos o direito de julgar se esse empréstimo é eleitoreiro ou não, quem vai dizer é a população lá em outubro. Nós temos é que ter compromisso com a cidade e com a população de Porto Alegre. Eu sempre digo que uma das nossas funções, além de discutir, debater e legislar, é fiscalizar. Nós aprovamos o investimento e vamos fiscalizar se está sendo cumprido o que nós aprovamos na Câmara de Vereadores. A cidade e a população não podem pagar pelas discussões políticas.

Eu não gosto de falar que político gosta de trocar lâmpada em dezembro, um ano antes da eleição. Gente, eu não quero acreditar nisso, porque eu sou político, faço política e não posso pensar que um outro político tenha esse pensamento e essa postura. Senão, eu não estaria aqui, não acreditaria na política. Eu quero acreditar que o prefeito quer o bem da cidade e quer a cidade avançando, e esse projeto vem ao encontro disso. Gente, em 2018, Porto Alegre não tinha limite para tirar empréstimo na Caixa. No final de 2018, foi feito um pedido de reconciliação para reavaliar. A Caixa reavaliou e vem liberando aos poucos esse financiamento. Hoje, que bom que Porto Alegre tem condições para tirar um empréstimo de R\$ 130 milhões para arrumar o que não está bem. Nós temos que ter compromisso com a cidade, nós temos que ter compromisso com a população e vamos aprovar o empréstimo, para que a nossa cidade, as nossas ruas tenham melhores condições, melhor infraestrutura. Eu vou votar a favor

deste projeto e vou cobrar o investimento e a execução desse financiamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 023/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, quero, não só como líder do governo, mas também como vereador e como pessoa que roda pela cidade, dizer que o governo municipal enfrentou uma séria crise – que não é só de Porto Alegre, é do Brasil inteiro – de falta de recursos. Por onde a gente anda, não só em Porto Alegre, mas em várias cidades, a gente vê a dificuldade de manter as ruas em condições de utilização. O Ver. Cassiá questionou, e muito bem, por que não foram feitos financiamentos no início do governo. Quero lhe dizer que no início do governo, infelizmente, as condições financeiras do Município não nos permitiam buscar financiamentos. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por sua trajetória de, ao longo dos anos, estar fechando no vermelho e estar rebaixada nas questões financeiras, estava impossibilitada de buscar financiamento. Então, o Município de Porto Alegre – para o público que nos assiste poder entender – estava na Serasa, não tinha crédito para alguns financiamentos, por isso ficou impossibilitado de buscar recursos financeiros; mas, muito pelo que foi feito pelo Executivo e também por esta Casa, pelos vereadores, a maioria dos vereadores, durante este ano de 2019, que votaram projetos que eram importantes para as finanças do Município, baixando custos do Município, diminuindo as despesas do Município e também projetando aumento de receitas para o Município, nós conseguimos equilibrar as finanças do Município e, hoje, somos capazes de buscar financiamentos. Sabemos que, por sermos capazes de buscar financiamento, melhorando as condições financeiras do Município, o Município começou, então, a ir atrás dos créditos. Como foi muito bem dito aqui hoje pelo Ver. Ricardo, o Município já conseguiu buscar financiamentos na casa de quase R\$ 1 bilhão. Infelizmente, o Município, há muitos anos, não consegue fazer investimentos com recursos próprios, porque gasta mais do que arrecada, então acaba buscando financiamentos para fazer os investimentos necessários na cidade. Todos nós sabemos que, sem buscar financiamentos, não conseguiremos recuperar as nossas vias da cidade de Porto Alegre; portanto, o Município se obriga a buscar financiamentos, como todos os municípios do nosso País.

Quanto à recuperação asfáltica, nós temos uma quantidade enorme de asfalto que já ultrapassou a data de vencimento, não adianta mais remendar. O Ver. Cassiá foi secretário de obras, e um grande secretário de obras sabe disto: muitas vezes, um remendo custa mais caro do que fazer toda recuperação asfáltica. Nesse caso, esse financiamento de R\$ 130 milhões não é para tapar buracos, e sim reestruturar as vias de Porto Alegre. Então nós teremos uma boa parte em que será retirado o asfalto, será

recuperado esse asfalto, colocando uma camada maior de asfalto. Teremos uma garantia, inclusive, de dez anos, se não me falha a memória, para esse asfalto que será feito com esses R\$ 130 milhões. Portanto, é de suma importância para o Município de Porto Alegre fazer esse investimento. E nós, vereadores, não podemos deixar de buscar recursos da Caixa Econômica Federal para fazer esse investimento necessário, porque o governo não conseguiu fazer antes, e, agora, ano que vem, é ano eleitoral. Independente de quem será o prefeito em 2021, nós precisamos, sim – temos essa obrigação –, melhores condições para a cidade, independente de governo, independente de Prefeitura. É inadmissível os vereadores desta Casa, que têm que trabalhar pela cidade, votarem contra um projeto que vai melhorar a cidade de Porto Alegre para as pessoas que são as donas da cidade, que são os usuários, os munícipes de Porto Alegre. Portanto, é nossa obrigação, sim...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): ...Eu peço aos vereadores que nos deem crédito, não só para a Prefeitura, mas para a Secretaria de Planejamento, para a Secretaria de Infraestrutura, para que possamos buscar esses recursos e, dessa forma, melhorar as vias de Porto Alegre, melhorar o trânsito para o nosso transporte público, melhorar o trânsito para toda população de Porto Alegre que carece. Sabemos das dificuldades encontradas no Município de Porto Alegre; então, peço aos vereadores que votem. Estamos à disposição para prestar os esclarecimentos necessários quanto ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apego e defiro o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando votação em destaque da Emenda nº 01, com Subemendas nºs 01, 02 e 03, apostas a ela; e das Emendas nºs 02 e 03 ao PLE nº 020/19.

Em votação o PLE nº 023/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Mônica. Antes, eu tinha feito um debate um pouco mais técnico do ponto de vista financeiro, então, agora, eu me permito adentrar num tema um pouco mais gerencial. Vou usar exemplos bastante simples, Ver.^a Karen. Nós estamos querendo, enquanto condomínio – vamos supor que estamos em um condomínio, em uma reunião de moradores –, basicamente, querendo consertar o elevador do prédio com uma Mercedes na garagem. E, para pagar o conserto do elevador, nós estamos comprometendo o aumento futuro de taxa de condomínio. Com uma Mercedes na garagem! Ao mesmo

tempo, com um contrato caro de vigilância que poderia ter sido revisto; ao mesmo tempo, a gente está com outros fornecedores que poderiam ser revistos; estamos gastando mais com iluminação porque estamos deixando luz ligada; e por aí vai. Em outras palavras: nós estamos replicando aqui, ao aceitar esse financiamento, o comportamento de quem busca um agiota antes de se desfazer de bens supérfluos. Eu ilustro isso com casos concretos: se quiséssemos mais receita para poder ter capital próprio para investir, nós poderíamos, por exemplo, já estar fazendo há muito tempo alienação de bens imóveis no Município de Porto Alegre – só aprovamos recentemente, mas poderia ter sido aprovado no início. A gente poderia ter vendido índices de construção e que ainda não se teve grande movimentação. Nós poderíamos, há bastante tempo, também ter agilizado mais o processo de liberação de construção, de empreendimentos, que há tempo está muito amarrado. E a gente pouco fez com relação a isso. Eu saúdo a iniciativa da Prefeitura em ter reduzido os seus gastos, em ter proposto diversos projetos de redução de gastos para permitir o ajuste fiscal que agora está sendo aventado para que, no ano que vem, nós tenhamos um superávit. Porém, tem diversas outras iniciativas que permitiriam ter recurso disponível para agora, no último ano do mandato Marchezan, poder se fazer um investimento com dinheiro da Prefeitura e não CDI mais 4%, ou seja, 9% de juros ao ano para empréstimo de pavimentação. Lembrando: nós já autorizamos R\$ 80 milhões para isso, a Câmara autorizou. Se a Prefeitura considerava requalificação viária uma prioridade, poderia ter vindo, por exemplo, no orçamento de 2020, uma conta maior em repavimentação viária. Não veio. Veio de R\$ 80 milhões. Por que não projetou isso? Poderia ter projetado. Aliás, nós escolhemos, do ponto de vista da gestão, colocar R\$ 100 milhões na Carris nos últimos três anos e colocar valor semelhante na EPTC nos últimos três anos; escolhemos retardar a venda, a alienação de bens; escolhemos, muitas vezes, também tomar outras decisões que poderiam significar aumento de receita. E, agora, nós fazemos a escolha pelo financiamento de pavimentação. Eu acho muito importante o tema e eu não discordo disso. O que eu estou discutindo, enquanto morador do condomínio, não é que nós tenhamos ou não tenhamos um elevador funcionando, mas, sim, qual é o preço que nós vamos pagar por ele. Eu acho que nós estamos querendo pagar muito caro. E pior, nós não estamos trazendo as informações devidas para que os condôminos tomem a decisão, se querem ou não querem pagar por isso. Aliás, nós nem sabemos quanto iremos pagar por isso, que vias serão contempladas. A gente não sabe o prazo de execução dessas obras. Falta muita informação. Então, pouco me interessa quem será o prefeito a partir de 2021. Enquanto cidadão de Porto Alegre e representando pagadores de impostos que poderão estar pagando a conta de uma contratação de empréstimo como essa, eu faço a reflexão: isso é o melhor uso do dinheiro de pagadores de impostos? Hoje, eu não tenho a informação para dizer que sim. E, por não ter informação para dizer que sim, eu, enquanto parlamentar responsável por fiscalizar esse recurso, não vou dizer que sim a este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 023/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, caríssimo Ver. João Bosco Vaz; ninguém aqui foi contra contratualizações financeiras da Prefeitura ao longo deste tempo. Uma única vez a bancada do Partido dos Trabalhadores votou contra aquela proposição que nós dizíamos que, se fosse nos dito efetivamente como seriam os gastos, nós teríamos votado a favor. Podem verificar: em todas as votações de empréstimos, em quantas eu fui relator na CCJ, sempre favorável, porque não via nenhum óbice jurídico, e, daqui da tribuna, as defendi sempre. Neste momento, a um ano do final desta gestão, por falta de planejamento, de organização administrativa, como bem colocou o Ver. Felipe Camozzato, eu sou obrigado a seguir o que o vereador acabou de colocar. Sou obrigado! Quem está errando é o poder público local, é o chefe do Paço Municipal. Ademais, faço referências mais uma vez à aprovação recente, menos de duas horas atrás, do orçamento, onde estavam colocados R\$ 80 milhões para pavimentação. Nós acompanhamos, com declaração de voto, a aprovação neste ano. Isso não quer dizer, como falei para a imprensa, que será repetida no ano que vem, porque os líderes do governo e o governo se comprometeram a aplicar o orçamento, pois muitas vezes nós temos rubricas que não são observadas. Lembram os senhores as pendengas que nós tivemos num passado recente sobre a tentativa de cobrar aluguel da Praça da Alfândega? Lembram deste plenário lotado com agentes da cultura, escritores – quero aqui louvar a presença do presidente da Ages, Alexandre Brito – e vários educadores que estiveram aqui demandando uma verba pequeníssima para o Adote um Escritor? Nós não somos contra a verba para a pavimentação; agora, nenhuma discussão foi feita conosco quando nós aqui cobrávamos a paralisia das nossas usinas de asfalto – não nos davam a mínima! Mas nós tínhamos, nos governos passados... E sempre tentamos fazer uma ligação dos governos passados com os governos atuais sem desdenhar o passado, porque ninguém faz o futuro desdenhando a história. Não houve aplicação, naquele momento, dos mínimos recursos para colocar em funcionamento as usinas, mas pagamos carissimamente, com recursos do povo, porque o asfalto se comprava de terceiros, quando isso não era necessário. Nós precisamos levantar essas questões aqui.

Em algumas ruas, se tirassem a casquinha de asfalto que faz a buraqueira, nós teríamos, em muitos lugares, pavimentação de primeiríssima qualidade. Mas, nos anos 1970, com o modernismo não sei tirado de onde, colocou-se asfalto por cima de toda pavimentação, inclusive, destruindo pavimentações históricas, que eram muito boas. A velocidade, a ganância e o consumismo levaram Porto Alegre a essa desgraça. Por isso que nós, hoje, votaremos contra este projeto de lei. Vamos combater, nas ruas, passando informação ao povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 023/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 07 votos **NÃO**.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, eu gostaria de fazer minha declaração de voto. Eu não abro mão da denúncia que fiz aqui de que este projeto expressa uma estratégia eleitoreira do prefeito Marchezan, que por três anos fez a cidade refém da buraqueira para consertá-la no quarto ano; mas o Ver. Mendes Ribeiro aqui me convenceu, eu vou seguir o que disse o vereador. Eu não vou submeter a cidade a um quarto ano de buraqueira negando esse financiamento. Então, se o prefeito Marchezan, que em três anos não resolveu, diz que no quarto resolverá, eu vou participar da cobrança. Agora, eu quero que resolva! Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Ricardo Gomes, faço minhas as suas palavras, assino embaixo da sua declaração de voto.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 020/19. (Pausa.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesesseis vereadores presentes. Não há quórum.

Encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h56min.)

* * * * *